

Notícias Sindicais, 10/01/14

Federação Nacional dos Urbanitários

Inacreditável: Coelba rebaixa proposta!

Tudo bem que a negociação ainda não terminou e a história pode ser mudada, mas até o momento a Coelba – de fato – surpreendeu. Infelizmente, de forma negativa. Pra quem esperava uma nova proposta para o plano, ela veio. Porém, não agradou nem de longe a direção do Sinergia.

Na prática, a nova proposta resume-se ao que já é praticado (apartamento, cobertura nacional, pré e pós pagamento com redução de alguns percentuais de contribuição, e nada mais).

Pior que requestrar o que já existe foi o fato de reduzir a proposta nacional, diminuindo o valor do abono e do reajuste. Isso mesmo: a empresa propôs diminuir de R\$ 1.700 e R\$ 1.800, para R\$ 1.500 o valor do abono e retirar o ganho real dos dois anos. Ora, uma piada!

No momento, a reunião foi interrompida para almoço e vai retornar em instantes. A direção do Sinergia vai rechaçar o que foi apresentando e exigir uma nova proposta da empresa, já que o que foi apresentando nada mais é do que uma afronta.

Fonte: Sinergia-BA

Instituto do Observatório Social

Redução da jornada é prioridade na agenda sindical em 2014

Antiga reivindicação sindical, a redução da jornada de trabalho de 44 horas para 40 horas semanais, sem redução nos salários, é um dos destaques da pauta das centrais para 2014. Para o presidente da CUT, Vagner Freitas, por exemplo, esta é a principal reivindicação da central, junto com o fim do fator previdenciário. "Achamos que é um descalabro, num governo democrático popular, não ter resolvido estas duas questões, quando você tem várias políticas do governo federal com o intuito de manter a competitividade das indústrias nacionais e melhorar a concorrência. Para nós, é importante revitalizar o mercado interno com novos empregos, para novos trabalhadores."

Segundo o Dieese, a diminuição do tempo de trabalho medida tem potencial de criação de 2,5 milhões de empregos, e é um meio de distribuição de renda. Mais do que isso, representa um ganho na qualidade de vida. Mas se para os trabalhadores reduzir a jornada pode possibilitar a criação de demanda maior por força de trabalho e reduzir a taxa de desemprego, o setor empresarial alega que a medida trará aumento de custos.

"É preciso levar em conta o ganho de produtividade, porque o volume de produção por trabalhador também vai aumentar, o que por sua vez faz aumentar o lucro e compensar o possível aumento de custo. Essa é a aposta que deve ser feita", argumenta o diretor-técnico do Dieese, Clemente Ganz Lúcio. Ele observa que o ganho com as horas livres pode vir com a realização de cursos de formação e investimentos pessoais, que também trazem resultados positivos ao próprio empregado.

Desde 1995, tramita na Câmara dos Deputados a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 231, dos ex-deputados, atuais senadores, Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Paulo Paim (PT-RS), que reduz a carga horária máxima semanal de 44 para 40 horas e aumenta o valor da hora extra de 50% para 75%.

"Como o setor empresarial é muito forte, tanto na Câmara como no Senado, eles não deixam pautar a matéria e ela simplesmente não é apreciada, porque falta vontade política do Parlamento", afirma Paim. "Haveria chances reais de avançarmos se a proposta fosse colocada em pauta, mas para isso acontecer somente com grande pressão popular, de fora para dentro do Parlamento", acrescenta.

Até virar lei

Há mais de 20 anos não há redução da jornada no limite legal. A última, ocorrida na Constituição de 1988, reduziu as horas semanais de 48 para as atuais 44 horas. Apesar da forte pressão sindical, mesmo com poucos avanços nesse sentido, algumas categorias têm garantido a mudança por meio de acordos coletivos.

Em 2005, trabalhadores do ramo químico conquistaram em negociação coletiva, específico para o setor farmacêutico, a alteração de 44 horas para 42 horas, e em 2008 de 42 para 40 horas. Em acordos específicos com montadoras e fábricas de autopeças do ABC paulista, Taubaté, Sorocaba e São Carlos, os metalúrgicos da base da CUT também já possuem jornada reduzida.

Segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), 15% dos trabalhadores do ramo químico no ABC paulista tinham jornada de até 40 horas, em 2012. Isso inclui os funcionários em indústrias farmacêuticas e trabalhadores em regime de turno de revezamento (petroquímicos). Em São Paulo, são aproximadamente 23 mil químicos do setor farmacêutico com a jornada menor, segundo o sindicato da categoria.

"A redução sempre foi um grande tabu, mas facilitou muito a vida dessas pessoas. Hoje, quando temos de fazer ponte para folgas no final do ano ou feriado, com uma hora a mais de trabalho diário, por exemplo, temos todo o cuidado para não comprometer o sábado e domingo, porque estes trabalhadores já assimilaram a cultura de estar o final de semana inteiro de folga. Os ganhos são imensuráveis", afirma o coordenador geral do Sindicato dos Químicos e Plásticos de São Paulo, Osvaldo Bezerra, o Pipoka.

Saúde

Segundo a Síntese de Indicadores Sociais (SIS) do IBGE, em 2012 os homens tinha jornada semanal média de 42,1 horas e as mulheres, de 36,1 horas. No entanto, os cuidados com afazeres domésticos acrescentavam 10 e 20,8 horas, respectivamente.

Entre especialistas, não há dúvida que o primeiro impacto está associado à qualidade de vida. Quatro horas a menos de trabalho significa mais tempo livre para estar ao lado da família, se divertir, estudar, ou simplesmente descansar. Para os trabalhadores com carga horária de trabalho aos sábados, a redução da jornada pode representar o sábado livre, se a distribuição das 40 horas se concentrar somente nos dias de semana.

Para a médica do Trabalho Maria Maeno, pesquisadora da Fundacentro, somar a possibilidade de fazer uma coisa que se gosta, num ritmo humanamente realizável, ao tempo livre é o que vai determinar a saúde do trabalhador. "Se o trabalho tem uma jornada enorme, que invade os finais de semana, as noites e os momentos de lazer, o trabalhador é absorvido por isso e todos os indicadores de saúde ficam prejudicados."

Ela destaca que, para trabalhadores expostos à situações nocivas a saúde, quanto maior a jornada, maiores os riscos. "Em um ambiente ruidoso, por exemplo, quanto mais tempo exposto ao ruído, maior a possibilidade de ter perda auditiva, assim como para funcionários que trabalham com produtos químicos mais alta é a possibilidade de se adquirir doenças relacionadas a esses produtos", diz a médica, ao lembrar que o adoecimento não está somente relacionado às exigências de produtividade, ritmo e pressão. "É uma forma de recompensa que não tem a ver com retorno financeiro, porque ele não deve ser a única forma de reconhecimento para o trabalhador."

Alternativas

Para o diretor-técnico do Dieese, o Brasil produziu e cresceu economicamente, está com o mercado interno mais vigoroso e essa redução é uma forma de redistribuir os ganhos desse crescimento. "Há também o efeito distributivo, a redução da jornada de trabalho também visa redistribuir a riqueza e a renda, gerada por meio de uma redução do tempo dedicado ao trabalho e, portanto da disponibilidade de maior tempo para as outras dimensões da vida", afirma Clemente.

Os trabalhadores consideram que há setores expressivos de baixa produtividade, nos quais os efeitos da redução da jornada podem ser mais pesados, como micro e pequenas empresas. Negociar a redução da jornada de maneira gradativa até se alcançar as 40 horas, também é opção. "Pode ser uma alternativa, a CUT entende que é uma questão de negociação e se o caminho for a redução gradual, é claro que nós aceitamos negociar", diz Vagner Freitas.

"É evidente que não é uma coisa simples, mas não é o fim do mundo", observa Clemente. "Se lembrarmos as discussões em torno do crescimento do salário mínimo, vemos que os empresários falavam que não poderia ser feito porque isso teria um efeito perverso, e no entanto o salário cresceu 70% acima da inflação e o Brasil vai bem. Repartir o lucro das empresas é por meio do salário, condições de trabalho e jornada. Esse é o debate."

Na próxima quarta-feira (15), as centrais sindicais vão se reunir na sede da CUT, em São Paulo, para discutir o planejamento de 2014. Na chamada agenda da classe trabalhadora, três itens se destacam: redução da jornada, combate ao Projeto de Lei 4.330, sobre terceirização, e fim do fator previdenciário.

Por: Rede Brasil Atual

Portal Mundo Sindical

URGENTE: Emerson anuncia fechamento e trabalhadores ocupam fábrica

A direção da empresa Emerson Network Power anunciou ao Sindicato dos Metalúrgicos, na manhã desta quarta-feira, dia 8, o fechamento de sua unidade em Jacareí, que tem 158 trabalhadores. Enquanto os dirigentes sindicais recebiam a notícia, em reunião na sede do Sindicato, os metalúrgicos eram informados da demissão em massa.

Em repúdio aos cortes, os trabalhadores decidiram ocupar a fábrica e permanecem nas dependências da empresa até este momento, reivindicando a reversão da medida.

A empresa norte-americana tem outras unidades no país e contratos com o governo e estatais. A direção da companhia informou que 55 metalúrgicos seriam transferidos para outra planta, localizada em Sorocaba.

O Sindicato não aceita o fechamento da empresa, nem tampouco as demissões. "Vamos promover mobilizações, cobrar o poder público de Jacareí e entrar com medidas na Justiça, já que a empresa não procurou o Sindicato em nenhum momento para negociar qualquer alternativas.

A Emerson produz dispositivos para telecomunicações e fornecimento de energia.

Fonte: Shirley Rodrigues/Assessoria Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região - 09/01/2014

Portal Mundo Sindical

Metalúrgicos da GM fazem passeata e exigem suspensão das demissões

Trabalhadores da General Motors, em São José dos Campos, realizaram uma passeata, na manhã desta quarta-feira, dia 8, para mostrar que não aceitarão as demissões realizadas pela montadora no dia 1º de janeiro. A passeata aconteceu logo após a assembleia organizada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, filiado à CSP-Conlutas, e seguiu até a Prefeitura. Uma comissão de trabalhadores e dirigentes sindicais foi recebida pelo prefeito em exercício Itamar Cóppio.

Na assembleia, cerca de 250 trabalhadores decidiram dar continuidade à luta em defesa do emprego e exigir do governo federal e da GM a suspensão das demissões, estabilidade no emprego e que a montadora realize investimentos na planta, conforme preveem acordos assinados com o Sindicato. Até agora a empresa não informou quantos trabalhadores e de quais setores foram demitidos. Entretanto, cerca de 300 trabalhadores demitidos já procuraram a entidade.

Entre os participantes da assembleia, havia trabalhadores demitidos de diversos setores da fábrica, e não apenas do MVA (Montagem de Veículos Automotores), desativado pela montadora e que era o responsável pela produção do Classic. Com o fim do setor, toda a produção do modelo passou a se concentrar na fábrica de Rosário, na Argentina. A fábrica da GM em São Caetano do Sul (SP) também perdeu a produção do modelo, o que gerou 300 demissões.

Prefeitura tem de agir

Em reunião com o prefeito em exercício, o Sindicato dos Metalúrgicos cobrou que a Prefeitura se some à luta dos trabalhadores e que o governo federal tome medidas concretas para pressionar a empresa a suspender as demissões. Itamar Cóppio se comprometeu a entrar em contato com a GM até sexta-feira.

A Prefeitura de São José dos Campos é administrada pelo PT e, no ano passado, deu garantias para a GM de que ofereceria benefícios fiscais e um terreno de um milhão de metros quadrados para a implantação de um distrito industrial ao lado da fábrica. Esses benefícios seriam dados para que a montadora investisse R\$ 2,5 bilhões na cidade, com a construção de uma nova linha de produção.

A montadora também vem se beneficiando com isenções fiscais promovidas pelo governo Dilma. Desde 2013, o governo federal já abriu mão de R\$ 6,7 bilhões com a redução de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) sobre veículos. Apesar disso, as demissões continuam acontecendo.

"Onde está a medida provisória que proíba as montadoras de demitir? Até hoje, nenhuma providência concreta foi tomada pelo governo Dilma. O próprio ministro do Trabalho disse que a GM não poderia demitir, mas nada foi feito. O Sindicato não tem qualquer acordo com essas demissões e vai continuar na luta em defesa dos trabalhadores", afirma o presidente do Sindicato, Antônio Ferreira de Barros, o Macapá.

Nova manifestação em São Paulo

Como parte da luta em defesa do emprego, uma caravana de trabalhadores vai acompanhar, em São Paulo, a reunião entre a montadora e o Sindicato, agendada para sexta-feira, dia 10, às 15h30. Também participarão representantes dos governos federal e estadual. Durante a reunião, os metalúrgicos realizarão uma manifestação em frente à Superintendência Regional do Trabalho, local do encontro.

A CSP-Conlutas está convidando outras centrais sindicais para participarem da manifestação.

Fonte: Shirley Rodrigues/Assessoria Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região - 09/01/2014

Portal da CUT

Representantes de aeronautas se encontram com ministro da Secretaria da Aviação Civil 09/01/2014

FENTAC, SNA, ABRAPAC e ASAGOL obtêm garantia de que não há planos para abrir mercado a empresas estrangeiras

Escrito por: Sindicato Nacional dos Aeronautas

Em um encontro com representantes de aeronautas realizado na manhã desta segunda-feira (6), o ministro da Secretaria da Aviação Civil (SAC), Moreira Franco, assumiu o compromisso de criar um fórum com empresas aéreas, funcionários delas e órgãos de governo para discutir os problemas do setor.

Na reunião com o ministro Moreira Franco estiveram presentes Celso Klafke, presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Aviação Civil da CUT (FENTAC/CUT), Marcelo Ceriotti, presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA), Carlos Seixas, presidente da Associação Brasileira de Pilotos da Aviação Civil (ABRAPAC) e Túlio Rodrigues, presidente da Associação dos Aeronautas da Gol (ASAGOL).

O motivo inicial da reunião era consolidar o desfecho do acordo coletivo de 2013, que evitou a greve prevista para o dia 20 de dezembro passado. Os aeronautas aceitaram a proposta aquém das expectativas com a promessa de melhorias no decorrer do ano de 2014, com o apoio do governo.

Mas um tema de última hora dominou o diálogo: a entrevista concedida à Folha de S. Paulo na última sexta-feira (3) pela ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, na qual ela afirmou a disposição de abrir o mercado interno às companhias aéreas estrangeiras caso haja abuso nos preços de passagens para o período da Copa do Mundo.

Tal hipótese é vista como desastrosa pelos representantes dos pilotos, comissários e funcionários de companhias aéreas. As entidades repudiam a política de "céus abertos", que pode significar um golpe de morte nas companhias nacionais, representar desemprego em massa no setor e comprometer a segurança de voo no país em curto prazo.

O ministro declarou que não tem planos para mudar a política atual, mas pediu aos aeronautas informações de cunho técnico que sustentem a opção pela manutenção do mercado aéreo restrito às companhias nacionais.

Apesar do compromisso verbal firmado por Moreira Franco, o Sindicato Nacional dos Aeronautas enviou um ofício à Secretaria de Aviação Civil pedindo um posicionamento formal sobre esse tema. A resposta é esperada para os próximos dias.

No fórum proposto pelo ministro, além das questões econômico-financeiras que afetam o setor aéreo nacional, serão debatidos os planos de desenvolvimento da aviação regional no país.

Portal da Intersindical

Trabalhadores do Paraná na luta contra a privatização e retirada de direitos

Governo adia para 2014 a votação de projetos que abrem caminho para a privatização dos serviços públicos estaduais

A pressão feita na Assembleia Legislativa ao longo da última semana surtiu efeito e o governo estadual se viu obrigado a retirar de pauta de votação os dois projetos de lei que propõem terceirizar a administração das unidades de saúde e hospitais estaduais, através da criação de uma fundação estatal de direito privado. O projeto 726 e o projeto de lei complementar 22 seriam votados pelo plenário da Assembleia Legislativa na última segunda-feira (16), mas foram retirados da pauta devido à pressão dos cerca de 200 trabalhadores que ocuparam as tribunas da Assembleia ao longo da sessão.

O SISMMAC esteve presente na manifestação para mostrar seu repúdio à tentativa de privatização dos serviços públicos e seu apoio à luta travada pelos servidores estaduais da saúde, representados pelo Sindsaúde-PR.

Com a mobilização, os trabalhadores conseguiram mais tempo para organizar a luta contra esse ataque à saúde pública, que deve voltar a pauta de votação da Assembleia no início de 2014. O adiamento da decisão já é uma vitória parcial, pois se dependesse do governo, os projetos teriam sido votados no dia 10 de dezembro, em menos de 24 horas após a apresentação das propostas. A pressa do governo em é privatizar a saúde era tanta que os projetos sequer passariam pela Comissão de Constituição e Justiça, nem pelas comissões de Saúde e Finanças.

Entenda a privatização proposta por Beto Richa

O projeto de lei 726/2013 foi enviado pelo governador Beto Richa à Assembleia Legislativa no dia 9 de dezembro. A proposta representa um grande ataque à saúde pública, pois pretende transferir a gestão dos hospitais e unidades de saúde, que hoje é responsabilidade direta da Secretaria Estadual de Saúde (Sesa), para uma fundação de direito privado.

Pelo projeto, a Sesa seria transformada apenas na sede administrativa que gerenciaria e acompanharia o cumprimento dos contratos. A Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná (FUNEAS) passaria a administrar, sob regime jurídico privado, recursos públicos, prédios públicos, equipamentos e os serviços de saúde ambulatorial e hospitalar. Até os servidores da área da saúde estariam submetidos à fundação.

Além de esvaziar as responsabilidades da Sesa e transformá-la em um mero órgão que iria fiscalizar a atuação da fundação de direito privado, essa proposta também representa um ataque aos direitos dos trabalhadores. O projeto prevê que a contratação de novos servidores seja feita pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e não pelo regime estatutário, o que iria precarizar o vínculo de trabalho e acabaria com o direito à estabilidade no emprego.

Para além da saúde, o governo pretende abrir brecha para a privatização de vários setores do serviço público estadual. Para que a fundação na área da saúde seja criada, como pretende o governo, é preciso adequar a legislação. Por isso, o governo apresentou o Projeto Complementar 22, que prevê a criação de fundações de direito privado nas áreas de Cultura, Turismo, Desporto, Comunicação Social, Assistência Social e Ciência e Tecnologia. Isso significa que quase todo o funcionalismo pode ir pras fundações.

Diap, 09/01/14

Para Diap, ano eleitoral vai dificultar pauta trabalhista

Temas considerados prioritários pelas centrais, a redução da jornada de trabalho e o fim do fator previdenciário terão dificuldades de avançar este ano no Congresso, avalia o analista político Antônio Augusto de Queiroz, diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). O debate continuará nas comissões, mas dificilmente seguirá ao plenário. "Vai ser um ano de pouca deliberação, pouco resultado", afirma. Três fatores, basicamente, deverão fazer com que a pauta se acumule para 2015: carnaval, Copa do Mundo e eleições.

No caso do fator previdenciário, a dificuldade está relacionada ao receio do Planalto de aprovar propostas que tenham impacto nas contas públicas. "O governo está muito temeroso de que as agências (de classificação de risco) possam rebaixar as notas do país, o que poderia ter efeito na campanha", observa o analista. O fator integra o que ele classifica de "pauta-bomba".

Da mesma forma, a proposta de redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais aparece com poucas chances de evoluir entre os congressistas. "Ninguém deve tentar tratar disso em ano eleitoral. Se o próprio Parlamento não teve condições de votar em período mais arejado, não vai ser agora", comenta Queiroz.

Já um projeto de lei combatido pelas centrais, o 4.330, sobre regulamentação da terceirização, também pode ficar travado em 2014, pelo receio dos partidos de expor seus parlamentares em um momento de buscar votos. Da mesma forma, iniciativas que permitam ao negociado em acordos coletivos prevalecer sobre a legislação também teria pequena possibilidade de avançar.

O diretor do Diap vê mais chances em dois casos: o contrato especial para trabalho durante eventos da Copa e das Olimpíadas de 2016 e a regulamentação do direito de greve no serviço público, tema que vem sendo discutido em uma comissão especial e enfrenta críticas das centrais. "Esse tem possibilidade, mas tem resistência", afirma. A possibilidade seria maior, acredita, se o projeto fosse de iniciativa do Executivo – que existe, mas não teria saído da gaveta até agora por desacordo entre as várias áreas internas envolvidas.

De temas mais relevantes, Queiroz acredita que apenas dois serão efetivados: a regulamentação do serviço doméstico, em análise na Câmara, e a PEC do trabalho escravo, que retornou à Comissão de Constituição e Justiça do Senado. O restante ficaria mesmo para 2015, já sob novo governo e nova legislatura na Câmara (e um terço renovado no Senado). (Fonte: *Rede Brasil Atual*)

Diap, 10/01/14

Nível de satisfação de vida do brasileiro é de 80%, aponta Ibope

Em entrevista ao diário Brasil Econômico, o presidente do Ibope, Carlos Augusto Montenegro, falou sobre a conjuntura nacional e destacou que o nível de satisfação do brasileiro, hoje, é de 80%.

De acordo com ele, as últimas pesquisas do Instituto apuraram que 66% disseram que a hora agora é de avançar mais nas mudanças, com foco na saúde, educação e transporte público de qualidade.

A pesquisa também indicou que esses 66% pesquisados estão mais concentrados nas regiões Sudeste e no Sul do Brasil.

Ele também sinalizou que o Nordeste foi uma das regiões que mais evoluíram nos últimos anos e, hoje, consequentemente, tem um nível de satisfação bem mais alto. "Eles deram um salto de qualidade grande em tudo. A aprovação da Dilma lá é maior", assinalou.

Governo Dilma

De acordo com outra pesquisa Ibope encomendada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), divulgada no dia 4 de janeiro, a aprovação da presidenta Dilma Rousseff subiu cinco pontos

percentuais e atingiu 77%. Na pesquisa anterior, de dezembro, o índice dos eleitores que aprovavam a maneira de Dilma de governar era de 72%.

Em relação ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma apresenta maior popularidade em comparação com os dois primeiros anos dos dois mandatos de Lula, conforme a pesquisa. Em março do segundo ano do segundo mandato, Lula tinha 73%.

A melhor avaliação de Lula, no mesmo período, foi registrada em março de 2003, quando ele obteve 75%. Na última pesquisa Ibope do governo Lula, em dezembro de 2010, o ex-presidente obteve 87% de aprovação.

A pesquisa também apontou que o percentual de brasileiros que confiam na presidente passou de 68% para 72%. Houve destaque para o aumento da crença dos eleitores das regiões Sul e Nordeste na presidenta. No Sul, o índice saiu de 65% para 72% e no Nordeste de 73% para 79%. (Fonte: *Portal Vermelho*)

Agência Brasil, 10/01/14

Preço da cesta básica aumenta em 18 capitais do país

Flávia Albuquerque - *Repórter da Agência Brasil*

São Paulo - O valor da cesta básica aumentou, em 2013, nas 18 capitais pesquisadas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). De acordo com a Pesquisa Nacional da Cesta Básica, divulgada mensalmente, nove localidades tiveram oscilação acima de 10%, com as maiores elevações registradas em Salvador (16,74%), Natal (14,07%) e Campo Grande (12,38%). As menores variações ocorreram em Goiânia (4,37%) e Brasília (4,99%).

De acordo com a pesquisa, no mês de dezembro, a cesta básica aumentou em 15 cidades, sendo que as maiores altas foram registradas em Goiânia (7,95%), Florianópolis (7,86%), no Recife (2,37%), em Salvador (2%) e Campo Grande (1,84%). No sentido contrário, aparecem Aracaju (-0,88%) e Rio de Janeiro (-0,43%), as duas únicas cidades onde foi registrada variação negativa.

Porto Alegre foi a cidade que apresentou o maior valor para a cesta básica (R\$ 329,18), mesmo sendo a terceira menor variação positiva (0,14%). Na sequência, estão São Paulo (R\$ 327,24) e Vitória (R\$ 321,39). Os menores valores médios foram observados em Aracaju (R\$ 216,78), João Pessoa (R\$ 258,81) e Salvador (R\$ 265,13).

No acumulado do ano, o leite, a farinha de trigo, a banana, o pão francês e a batata tiveram aumento em todas as regiões em que foram pesquisados. O leite mostrou variações entre 6,18% (Manaus) e 28,24% (Belém). Em todas as localidades as taxas foram maiores do que 13%, menos no Amazonas. Em dezembro, a maior parte das cidades teve redução nos preços, com os aumentos ocorrendo em Florianópolis (6,96%), Natal (3,82%), Aracaju (3,09%) e Brasília (2,02%).

Em 2013, a farinha de trigo teve variações que chegaram a 67,06% em Florianópolis, 55,56% em Campo Grande, 46,24% em Goiânia, 37,96% em Porto Alegre, 33,47% em Curitiba, 31,25% em Brasília e 30,72% em São Paulo. Em dezembro, Florianópolis registrou variação de (20,68%), Campo Grande (6,87%), Goiânia (3,03%) e Belo Horizonte (1,66%). A principal queda ocorreu em Brasília (-5,57%).

Já o pão francês subiu, em 2013, em todas as regiões pesquisadas, com variações que oscilaram entre 2,13% em Aracaju e 24,17% em Campo Grande. No mês de dezembro, houve estabilidade em Brasília e aumento em Campo Grande (6,08%), Florianópolis (5,48%), Goiânia (3,58%), João Pessoa (1,73%), Salvador (1,20%), Vitória (0,60%), Belo Horizonte (0,35%), São Paulo (0,32%), Belém (0,25%) e Porto Alegre (0,14%).

Em 2013, o preço da batata subiu nas dez localidades do Centro-Sul, onde é pesquisada. As taxas variaram entre 4,41% no Rio de Janeiro e 45,60% em Porto Alegre. Em dezembro de 2013, foram registrados aumentos em Goiânia (34,59%), em Brasília (14,36%) e Curitiba (7,66%). Em Florianópolis, houve diminuição (-0,44%).

A banana apresentou altas acumuladas em todas as cidades em 2013, com taxas que variaram de 73,89% em Natal a 4,46% em Brasília. Em dezembro de 2013, a elevação do preço apareceu em dez cidades, com destaque para Goiânia (11,16%). Houve estabilidade em João Pessoa e diminuição em sete localidades. Em Aracaju, a redução foi 17,44%.

O óleo de soja foi o único produto da cesta que teve seus preços reduzidos em todas as cidades, com taxas que variaram entre -27,10%, em Curitiba, e -13,66% em Natal. Em dezembro, houve aumento em 12 cidades, com variações de 0,31% em Campo Grande a 2,39% em Goiânia.

Jornal do Brasil, 10/01/14

Salário mínimo deveria ser de R\$ 2.765 para pagar cesta básica, diz Dieese

Preço dos alimentos também subiu em 2013, encarecendo a cesta

A Pesquisa Nacional da Cesta Básica registrou em 2013 um aumento em todas as 18 capitais em que o estudo acontece, de acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos

Socioeconômicos (Dieese). Com isso, o departamento calculou quanto deveria ser o salário mínimo no país com base na cesta básica de Porto Alegre, que registrou o maior aumento em dezembro, custando R\$ 329,18. Pela lei, o salário mínimo deve ser capaz de suprir a despesa do trabalhador e sua família. Com isso, o Dieese mostrou que o menor salário pago deveria ser de R\$ 2.765,44, quase quatro vezes maior do que o que está em vigência atualmente, de R\$ 724,00.

Em nove dos locais da pesquisa, o crescimento do valor da cesta básica foi acima de 10%. As maiores elevações aconteceram em Salvador, com 16,74%, Natal, com 14,07% e Campo Grande, que registrou aumento de 12,38%. Já os menores crescimentos ocorreram em Goiânia e Brasília que ficaram, respectivamente, com 4,37% e 4,99%.

A jornada de trabalho necessária para se pagar os alimentos essenciais de um trabalhador que receba o salário mínimo deveria ser de 94 horas e 47 minutos, pelo resultado das médias das capitais brasileiras em dezembro de 2013.

O único produto da cesta que registrou diminuição de preço em todos os locais pesquisados foi o óleo de soja, com queda de 27,10% em Curitiba e 13,66% em Natal.

Já o leite, a farinha de trigo, a banana, o pão francês e a batata aumentaram seus preços em todos os locais do estudo. A maior alta do leite aconteceu em Belém, registrando 28,24% e a farinha em Florianópolis, com 67,06%. O pão francês e a batata aumentaram respectivamente, em 24,17% em Campo Grande e 45,60% em Porto Alegre, enquanto o maior aumento da banana foi de 73,89% em Natal.

Portal da CONTAG

Acabar com a fome é possível

Uma de cada oito pessoas passa fome no mundo, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). No planeta são produzidos alimentos suficientes para toda a população. Porém, mais de 9 milhões de pessoas morrem a cada ano por causas relacionadas com a fome; 25 mil a cada dia, 17 a cada minuto.

Acabar com a fome é possível, como se depreende do relatório *Acabar com a Fome está ao Alcance de Nossas Mãos*, apresentado pela Ong Intermón Oxfam.

Conseguir isto, passa pela implementação de políticas que contribuam para o desenvolvimento rural e ao incentivo à agricultura. Para atender a estes dois requisitos é fundamental investir na Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD).

Apesar de sua importância, as subvenções caíram desde o início da crise econômica. A Espanha é o país que fez mais cortes em suas ajudas ao AOD: 70% de redução desde 2010.

"As medidas de austeridade e a falta de investimento para ajudar o desenvolvimento são as principais ameaças a um sistema que lentamente tinha conseguido conter os dados da fome nos últimos anos", é o que informa a Intermón.

A fome teve uma queda de 17% nas últimas décadas, de acordo com a FAO. Esta tendência positiva corre perigo, devido às políticas de austeridade de muitos governos.

A fome e as políticas de austeridade

A fome "não se evita só com alimentos, mas também necessita de medidas políticas e econômicas", explica Lourdes Benavides, responsável pela segurança alimentar de Intermón Oxfam.

O relatório aponta para a necessidade de os governos, empresas e cidadãos promoverem mudanças radicais na forma como produzem, distribuem e consomem os alimentos.

Do contrário, "o mundo não alcançará a sua meta, em 2015, de diminuir pela metade a proporção de pessoas que passam fome no mundo", é o alerta feito pela organização.

As políticas de austeridade não só colocam em perigo a luta contra a fome nos países empobrecidos. Um em cada quatro espanhóis está em situação de pobreza ou em risco de exclusão, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística.

Não se trata de uma carestia de alimentos, mas do acesso a eles. Os bancos de alimentos e organizações sociais estão quase no limite de suas capacidades; cerca de dois milhões de pessoas na Espanha comem em refeitórios públicos, é o que informa o Intermón.

Diante desta nova realidade, 79% dos espanhóis consideram que há cada vez mais pessoas que padecem de fome, de acordo com o que revela a pesquisa de Percepção sobre a Fome no Mundo.

Esta percepção "se deve a que cada vez mais espanhóis passam dificuldades para fazerem as três refeições diárias", explica Violeta Assiego, responsável pelo estudo. A fome passou a ser um dos problemas mais importantes para os cidadãos.

Porém, o compromisso para combater a fome não só recai nos políticos e nos governantes. Também está em nossas mãos mudar a maneira como consumimos a comida, prestar mais atenção onde e como gastamos nosso dinheiro, tudo para promover com nossos hábitos um comércio mais justo e mais coerente.

“Para acabar com a fome é preciso um desafio triplo: produzir e consumir de forma mais sustentável, reduzir as desigualdades no acesso aos recursos e diminuir a volatilidade dos preços dos alimentos”, conclui o relatório.

Nada disto será possível sem uma cidadania global consciente e ativa, comprometida com os direitos humanos e com a erradicação da fome.

É possível pressionar os governos e as multinacionais para mudar o sistema alimentar e reduzir a fome de 842 milhões de pessoas.

Portal da CUT

Nota de solidariedade da CUT à KCTU, central sul-coreana

09/01/2014

Organização asiática luta contra entrega do patrimônio público e contra violência do Estado para reprimir movimento sindical

Escrito por: João Felício - Secretário de Relações Internacionais da CUT

Caros companheiros/as da KCTU,

Na CUT Brasil estamos acompanhando de perto os desdobramentos da greve dos ferroviários e a greve geral da KCTU.

Estamos profundamente preocupados com a extrema violência empregada pelas forças policiais a serviço do governo e do setor privado. Neste sentido, deploramos e condenamos a invasão da sede da KCTU como ilegal, ilegítima e inaceitável sob quaisquer circunstâncias democráticas!

Os interesses do mercado estão minando a democracia e o papel social do Estado em muitos países hoje, assim como vocês agora vivenciam na própria Coreia do Sul. O capitalismo neoliberal está pressionando ainda mais durante o período recente de crise, atacando os direitos da classe trabalhadora em todas as frentes para garantir que o setor empresarial mantenha seus enormes lucros. Serviços Públicos são um pilar fundamental das sociedades democráticas e quando a classe trabalhadora luta para defender os serviços públicos está, na realidade, lutando em defesa da sociedade como um todo e para garantir um futuro melhor para as próximas gerações.

É por isso que a CUT Brasil apoia totalmente a greve geral da KCTU e é contra toda a repressão promovida pelo governo. Continuaremos a divulgar os acontecimentos atuais na Coreia do Sul para as sociedades brasileira e latino-americana, assim como para o movimento sindical, para ajudar a conscientizar e alertar sobre as desastrosas e ilegítimas políticas de privatização promovidas pelo atual Governo. Solicitamos também uma audiência com a Embaixada da Coreia do Sul no Brasil para tratar desta séria situação.

PAREM AS PRIVATIZAÇÕES!

DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS PARA TODOS/AS!

RESPEITO PELOS DIREITOS TRABALHISTAS JÁ!

Temos orgulho da luta de vocês. Somos todos KCTU!

Em solidariedade,

João Felício

Secretário de Relações Internacionais

CUT Brasil

Portal CTB

Centrais sindicais paraguaias anunciam greve geral por reajuste salarial

Seis centrais sindicais do Paraguai anunciaram, durante coletiva de imprensa realizada na última terça-feira (7), uma greve geral prevista para o mês de março. A iniciativa ocorrerá em rechaço ao modelo econômico implementado pelo presidente Horacio Cartes. Os grevistas também exigirão um reajuste salarial.

O dirigente sindical Eduardo Arce explicou que “seis das sete centrais fizemos um comunicado de protesto contra Cartes e anunciamos uma greve geral para o dia 26 de março, porque o governo nem sequer tem em seus planos o ajuste do salário mínimo para os trabalhadores”, que atualmente está em 363 dólares.

No comunicado os sindicalistas destacam que “o governo – apoiado pelos demais poderes do Estado – tem uma força política à serviço do neoliberalismo expressa no fortalecimento do modelo agroexportador que só favorece aos sojeiros e pecuaristas atacando violentamente o nível de vida dos trabalhadores, que vivem na miséria”.

Diante das reivindicações dos sindicatos, o Ministro da Fazenda, Germán Rojas, informou que será utilizado 53% do orçamento deste ano para investimentos sociais. Ele disse ainda que, por enquanto, o governo não decretará um ajuste do salário mínimo para os trabalhadores, porque a medida poderia incidir na taxa inflacionária.

O dirigente da Central Nacional dos Trabalhadores (CNT), Ramón Avalos, desmentiu o ministro Rojas alegando que "o último ajuste do salário mínimo ocorreu em abril de 2011 e desde então até hoje a inflação é de 40%, portanto corresponde outorgar o aumento".

Por sua vez, o secretário geral da Central Única dos Trabalhadores Autêntica (CUT-A), Bernardo Rojas, explicou que "os sindicatos fizemos uma análise e vimos que o salário mínimo perdeu seu valor em 25%, portanto o ajuste deve ser de 91 dólares mensais".

O Paraguai possui 3,5 milhões de hectares de sua superfície dedicada ao cultivo de soja, que em 2013 alcançou 9 milhões de toneladas, 80% é exportado em estado natural. Apesar disso, segundo as cifras oficiais, 38% dos 6,5 milhões da população é pobre e dentro dessa escala 19% é indigente.

Fonte: TeleSUR

CENTRAL GENERAL DE TRABAJADORES (CGT) - PARAGUAY

Centrales Sindicales deploran modelo neoliberal

Mensaje de fin de año de las centrales sindicales paraguayas: CUT-A - CPT - CUT - CGT - CECITP - CCT

Rebanadas de Realidad - CGT- Asunción, 02/01/14.-

Asunción, 27 de diciembre de 2013

Este fin de año sorprende a la clase trabajadora, al campesinado pobre y a los sectores populares en general, en una situación preocupante debido a los nefastos planes impulsados por el gobierno del presidente Horacio Cartes. Ante esto, las Centrales Obreras del Paraguay (Central Unitaria de Trabajadores – Auténtica, (CUT-A); Confederación de la Clase Trabajadora (CCT); Central Sindical de los Trabajadores del Paraguay (CESITP); Central Unitaria de los Trabajadores (CUT); Central General de los Trabajadores (CGT) y Confederación Paraguaya de Trabajadores (CPT), se dirigen a todos los trabajadores del país y a la opinión pública en general, para manifestar cuanto sigue:

1.- Que el actual gobierno, lejos de impulsar una política para combatir la pobreza, viene profundizando el modelo neoliberal que tiene conocidas consecuencias en todos los países del mundo, como mayor desempleo, flexibilización laboral, precarización de las condiciones de trabajo lo cual lleva al aumento de la pobreza y extrema pobreza del pueblo trabajador.

2.- El gobierno –que es apoyado por los demás poderes del Estado- tiene una política que está al servicio del neoliberalismo y se expresa en el fortalecimiento del modelo agroexportador que sólo favorece a los sojeros y ganaderos y ataca violentamente el nivel de vida de los trabajadores, a quienes hunde en la miseria. A esto se suma la aprobación de las leyes como la privatista Ley de Alianza Público-Privada con la que se pretende entregar el patrimonio nacional al capital privado, principalmente extranjero, o la Ley de Responsabilidad Fiscal que plantea restricciones a los rubros sociales y "austeridad para los trabajadores" (congelamiento salarial etc.). Todo esto, para evitar que los poderosos paguen impuestos.

3.- Para avanzar en sus objetivos, el gobierno viene profundizando la política represiva en contra de la dirigencia sindical y social. El sindicalismo paraguayo está amenazado de muerte, los derechos sindicales están siendo sistemáticamente negados por quienes deben reconocerlos y aplicarlos, los jueces se encuentran amedrentados por amenazas directas e indirectas como es el caso del Juez Zarratea quien fue suspendido porque decretó el respeto a la estabilidad sindical para una funcionaria de Yacyretá. El Ministerio de Justicia y Trabajo es absolutamente funcional a los intereses de las patronales y del Estado en su función de patrón.

4.- El panorama de la situación económica es igualmente preocupante, el modelo económico que impulsa el gobierno apunta a hacer desaparecer a los pequeños y medianos productores y a la agricultura familiar campesina. No se plantea la reforma agraria, tampoco está planteada una reactivación económica que contemple los intereses de los trabajadores, con más fuentes de trabajo, mayor salario para un mejor nivel de vida, por el contrario plantean el congelamiento salarial y se anuncian nuevamente tarifazos que ya ha comenzado con el aumento del pasaje para el mes de enero de 2014.

Tomando en consideración estos aspectos, las Centrales Sindicales, más arriba citadas, reunidas en la Plenaria Nacional de Centrales Obreras del Paraguay, llevada a cabo el pasado 19 de diciembre de 2013, en el local de la CPT, han resuelto:

1. Declarar una Huelga General de 24 horas, a ser implementada el día 26 de marzo de 2014.

2. Rechazar enérgicamente la política de persecución sindical y de criminalización de las luchas sociales, impulsada por el actual gobierno, el Ministerio de Justicia y Trabajo y el Poder Judicial y denunciar al gobierno ante los Organismos Internacionales como la OIT.

3. Exigir un reajuste salarial del 25% para todos los trabajadores, tanto del sector público como privado y el control de los precios de la canasta familiar
 4. Impulsar una Acción de inconstitucionalidad de la Ley de Alianza Público Privada Exigir y un proyecto de ley para derogarla definitivamente.
 5. Rechazar la antipopular medida de los tarifazos y de la suba del pasaje, impulsar acciones conjuntas de movilización, en unidad de acción con otros sectores sociales, por la revisión de esta medida.
 6. Deplorar la no instalación de la Mesa de Diálogo Social, prometida por el gobierno, para abordar los graves problemas que afectan al pueblo trabajador.
 7. Elaborar un pliego de reivindicaciones que complementará nuestra exigencia al gobierno tales como: Por la Reforma Agraria, Por el respeto a los derechos adquiridos, No a los despidos, Por la eliminación de los contratos "basura", entre otros.
- Bernardo Rojas – Presidente CUT-A
Julio López – Presidente CCT
Reinaldo Barreto – Presidente CESITP
Aldo Snead – Presidente en ejercicio CUT
Sonia Leguizamón – Presidenta CGT
Francisco Brítez – Presidente CPT

Jornal do Brasil, 10/01/14

Taxa de desemprego bate novo recorde na Grécia

A taxa de desemprego na Grécia chegou a 27,8% no mês de outubro de 2013, o maior índice já registrado na história do país, que há seis anos convive com a recessão e a crise econômica. Em setembro passado, o número ficou em 27,7%, de acordo com a medição feita pela Autoridade Helenística de Estatísticas (Elstat).

Considerando-se apenas a população mais nova, a situação é ainda pior. 57,9% dos jovens gregos estavam sem emprego em outubro. Em meio a isso, o ministro das Relações Exteriores da Alemanha, Frank-Walter Steinmeier, desembarcou nesta quinta-feira (9) em Atenas para uma visita de dois dias. Segundo o chanceler, o objetivo da viagem é dar um sinal de "solidariedade" ao povo da Grécia.

Steinmeier vai se reunir com o seu colega Evangelos Venizelos e com o premier do país, Antonis Samaras. (ANSA)

Organizado por Ernesto Germano